

TUDO “CAMUFLADO” OU TUDO “SUBENTENDIDO”: HETERONORMATIVIDADE, AFETOS E SILENCIAMENTOS NO RELACIONAMENTO DE UM CASAL LÉSBICO DO SUL DA BAHIA

“CONCEALED” AND “PRESUMED”: HETERONORMATIVITY, AFFECTIONS AND SILENCINGS IN THE RELATIONSHIP OF A LESBIAN COUPLE IN SOUTH BAHIA

RESUMO

Este artigo busca analisar os relatos orais de um casal de mulheres lésbicas residentes da cidade de Itabuna, no sul da Bahia, obtidos a partir de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, realizadas em 2012. Objetiva-se demonstrar que a forma como as entrevistadas constroem o seu relacionamento está intimamente relacionado à maneira como lidam com a própria identidade sexual que, por sua vez, está estreitamente relacionada às percepções e julgamentos postos em prática pela heteronormatividade. O conceito de heteronormatividade, segundo Judith Butler, se refere a uma matriz de inteligibilidade de gênero que atua como um poder regulador, hierárquico e excludente por meio do qual se produzem e se naturalizam as noções de feminino e masculino e de sexualidade considerada “normal”. Busca-se analisar como a heteronormatividade é responsável pela invisibilização e pelo silenciamento do relacionamento do casal lésbico entrevistado, causando sofrimentos profundos e efeitos danosos em todas as instâncias da sua vida e na própria forma como percebem a si mesmas.

Palavras-chave: Heteronormatividade. Visibilidade lésbica. Reconhecimento social.

ABSTRACT

This article aims to analyze oral reports of a lesbian couple living in Itabuna, South Bahia, obtained from in-depth, semi-structured interviews carried out in 2012. The aim is to show how closely related the way the interviewees build their relationship is to the way they deal with their own sexual identity which, in turn, is intimately related to the perceptions and judgments put into practice by the matrix of the heteronormative power. The concept of heteronormativity, according to Judith Butler, refers to a matrix of gender intelligibility that acts as a regulating, hierarchical and excluding power through which the notions of feminine and masculine and as well as the notion of sexuality considered “normal”, are produced and naturalized. This article seeks to analyze how heteronormativity is responsible for the invisibility and silencing of the interviewed lesbian couple’s relationship, causing deep suffering and harmful effects in all instances of their lives and in the very way they perceive themselves.

Lorena Rodrigues Tavares de Freitas

Professora adjunta do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Doutora em Sociologia Política pela UENF, Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRG. E-mail: lorenadefreitas@gmail.com / lorena.freitas@unila.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3908-470X>

Keywords: Heteronormativity. Lesbian visibility. Social recognition.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de apresentar uma adaptação de parte das análises realizadas no estudo de caso que resultou na pesquisa de tese, concluída em 2013, sobre a construção da identidade sexual¹ de mulheres não heterossexuais do sul da Bahia (FREITAS, 2013). Me concentrarei em analisar os relatos orais de duas das doze entrevistadas da pesquisa de tese, que se distinguem das demais por formarem o único casal lésbico entrevistado. Quando a pesquisa foi realizada, nos anos de 2012 e 2013, Amanda e Laura² estavam juntas havia cinco anos, cursavam o ensino superior à distância e trabalhavam no comércio do município de Itabuna-BA. A partir dos seus relatos orais pretendo analisar como elas se relacionam com a própria sexualidade, como constroem seu relacionamento e como lidam com ele frente aos olhares públicos, de modo a entender como elas são afetadas pela matriz de poder heteronormativa e como constroem seu relacionamento em relação a ela e em reação a ela.

A intenção deste trabalho não é generalizar as interpretações realizadas, mas tentar tornar compreensíveis, com a ajuda de conceitos e teorias sociológicas, os tipos de dilemas e conflitos que essas mulheres enfrentam. A questão aqui tem a ver com o fornecimento de elementos para compreensão das questões em torno da construção da identidade dessas mulheres, de identificar aspectos gerais e relacionar com outras situações convergentes, criando assim a possibilidade de fornecer subsídios teóricos para compreensão dos dados de outros estudos com mulheres lésbicas, através de comparação de similaridades e diferenças.

É importante mencionar que os estudos sobre a homossexualidade feminina no Brasil datam do final da década de 1980 e, apesar de terem crescido a partir dos anos 2000 (SIMÕES; CARRARA, 2014), são ainda pouco representativos se comparados aos avanços já alcançados pelos estudos de gênero no que diz respeito às pesquisas sobre homossexualidade masculina, por exemplo. Mulheres lésbicas (e mais ainda as bissexuais) ainda são sub-representadas politicamente tanto no próprio movimento LGBTI+³ quanto nos estudos feministas brasileiros, que ainda são fortemente focados no estudo de mulheres brancas e heterossexuais⁴. Desse modo, ouvir as vozes de

1 A identidade sexual refere-se a maneira como uma pessoa compreende a si mesma em termos de por qual gênero se é sexualmente e romanticamente atraída.

2 Os verdadeiros nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios com o intuito de preservar a sua privacidade.

3 A sigla LGBTI+ é uma terminologia que representa a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual, tendo o símbolo + sido acrescentado à sigla para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero não representadas nela. Esta terminologia segue o modelo do Manual de Comunicação LGBTI+ feito pela Aliança Nacional LGBTI. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em 19 de janeiro de 2021

4 Para mais informações sobre a invisibilidade da homossexualidade feminina no Brasil, consultar

mulheres como Amanda e Laura é conhecer uma realidade ainda pouco estudada, especialmente na região sul baiana⁵.

As análises presentes neste trabalho foram realizadas exclusivamente por meio da interpretação dos relatos orais obtidos a partir de duas entrevistas em profundidade, semiestruturadas, realizadas separadamente com Laura e Amanda, na casa desta⁶. Assim, as fontes orais obtidas a partir das entrevistas foram analisadas e interpretadas por meio do *corpus* teórico produzido nas ciências sociais de forma geral e, especificamente, no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Ser pesquisador/a da oralidade é muito mais do que ser “um gravador que registra os indivíduos ‘sem voz’” e por isso o seu papel não pode se limitar a reproduzir mecanicamente o que foi gravado nos áudios das entrevistas (LOZANO, 2006, p. 24). Neste sentido, compreendo que cabe às ciências sociais interpretar aquilo que fazem e dizem os agentes sociais a partir da compreensão das condições sociais de suas falas, o que muitas vezes “desemboca obrigatoriamente em um discurso diferente daquele que estes são capazes de fazer de forma espontânea” (LAHIRE, 2004, p. 25). Assim, respeitar o ponto de vista das entrevistadas não é aceitar acriticamente as explicações espontâneas que elas criam sobre a própria vida, mas buscar compreender, para além das palavras, os mecanismos sociais que dão sentido às suas palavras.

Amanda e Laura foram selecionadas para a pesquisa fora das relações pessoais diretas da pesquisadora, a partir da indicação de pessoas próximas a mim, de modo que se pudesse estabelecer uma relação de confiança entre mim e elas, mas sem criar um constrangimento mútuo que prejudicasse a relação de pesquisa. Como afirma Lahire (2004), tal constrangimento se dá pelo fato de que a pesquisadora não iria desaparecer do universo social das entrevistadas no final da pesquisa e teriam que conviver com essa experiência comum, que certamente iria alterar sua relação. Além disso, as entrevistadas certamente se sentiriam temerosas em “se abrir” para a pesquisadora, pensando que as informações por elas reveladas poderiam ser “utilizadas” pela pesquisadora que, por fazer parte de seu universo cotidiano, poderia modificá-lo de alguma forma.

É preciso frisar que as pessoas que mediaram minha relação com as entrevistadas também eram mulheres lésbicas. Compartilhar com as entrevistadas a condição de mulher não heterossexual, que conhecia a sua realidade e, principalmente, ser apontada, por pessoas em quem confiavam, como alguém em quem também pudessem confiar, viabilizou o meu acesso a essas mulheres, permitindo que elas compartilhassem suas histórias e que dividissem comigo sentimentos tão íntimos e particulares. Assim, é

NAVARRO-SWAIN, 2000; MOTT, 1987. FRY; MACRAE, 1991. SIMÕES; FACCHINI, 2009. SIMÕES; CARRARA, 2014.

5 Durante a realização da coleta de dados para esta pesquisa em 2012 e 2013, não encontrei nenhum estudo científico que investigasse qualquer aspecto relacionado à homossexualidade e/ou bissexualidade feminina na região, especialmente em Iheus e Itabuna, onde residiam e circulavam as entrevistadas. Assim, essa pesquisa desempenha um papel importante no sentido de dar visibilidade política às mulheres lésbicas que vivem e se relacionam nessa região, adicionando aos estudos de gênero o conhecimento de sua realidade social e de suas visões de mundo

6 As entrevistas foram realizadas no dia 05 de dezembro de 2012, em Itabuna- BA.

por compartilhar - graças à minha inserção em sua realidade - “a quase totalidade das características capazes de funcionar como fatores explicativos mais importantes de suas práticas e de suas representações” (BOURDIEU, 1997, p. 698), que minhas perguntas e minha “intromissão” em sua intimidade puderam ocorrer sem parecer tão agressivas e ameaçadoras para elas, minimizando um pouco a violência simbólica presente na relação de pesquisa. Porém, é também essa minha familiaridade com a realidade das pesquisadas que criou o desafio de me distanciar de uma realidade familiar, de transformar esse familiar em estranho, de forma a poder construir um olhar crítico sobre esta realidade.

Os relatos das entrevistadas a serem analisados neste artigo foram organizados em um formato de texto mais literário, onde as informações, percepções e sentimentos que compartilharam comigo foram interpretados e organizados em dois tópicos separados, mas que estão profundamente interrelacionados: no primeiro tópico, será enfatizada a forma como Amanda e Laura constroem o seu relacionamento e a si mesmas, enquanto que no tópico seguinte, a análise se concentrará mais em entender como elas lidam com o relacionamento frente aos olhares das outras pessoas, tendo como parâmetro a forma como elas lidam com demonstrações públicas de afeto⁷. Como será possível perceber a partir de agora, a forma como elas constroem o seu relacionamento está intimamente relacionada à maneira como lidam com a própria identidade sexual que, por sua vez, está estreitamente relacionada às percepções e julgamentos depreciativos que elas próprias incorporaram e que são resultados da matriz de poder heteronormativa.

Hoje o amor fala mais alto

Negra de pele clara, baixa estatura, sorriso largo e jeito decidido, Amanda tinha 31 anos quando a pesquisa foi realizada e morava com mais duas amigas, ambas lésbicas, na cidade de Itabuna. Trabalhava como vendedora da parte de eletrônicos em uma grande rede de supermercados e cursava a graduação em serviço social, à distância. Contou que era “assumida” havia 5 anos, mas que sempre soube que gostava de mulher. Cresceu em uma família evangélica e sua socialização religiosa contribuiu para engendrar os conflitos de autoaceitação experimentados a vida inteira, mas que foram parcialmente deixados de lado quando, cinco anos antes, se envolveu em seu primeiro relacionamento com uma mulher, Laura, com quem namora até a realização da entrevista.

Para Amanda, tem sido difícil integrar a sua homossexualidade de forma positiva na construção de seu eu. A vida toda ela aprendeu que gostar de mulheres era algo errado, anormal, que ela precisava eliminar de si mesma, mas sem nunca conseguir:

⁷ Demonstrações públicas de afeto são entendidas aqui como expressões de carinho entre os casais, tanto aquelas mais fraternais como segurar a mão, acariciar os cabelos e rosto, abraçar e dar beijos no rosto, tanto aquelas que, no Brasil, denotam claramente relacionamentos amorosos/sexuais como beijos na boca, sejam eles rápidos ou um pouco mais demorados

“cheguei a ter uma crise também pra me aceitar ‘não, não, não, eu não quero isso pra mim’, mas aí depois conversei com minhas amigas bastante”. A partir do momento em que Amanda decidiu calar a sua guerra interna e assumir seus desejos e afetos por mulheres, passou a enfrentar o desafio de encontrar dentro de si algo a partir do qual pudesse construir uma autoimagem positiva, algo que contrabalanceasse o “peso negativo” que a sua homossexualidade representava. Como afirma Sedgwick (2007, p. 40), ao “saírem do armário”, gays e lésbicas precisam “construir, com dificuldade e sempre tardiamente, a partir de fragmentos, uma comunidade, uma herança utilizável, uma política de sobrevivência ou resistência”. Isto é o que Amanda estava tentando fazer: ela vinha buscando reverter a balança a seu favor, buscando a autoaceitação, a construção de uma autorrelação prática positiva (HONNETH, 2003), ou melhor, a construção de uma relação positiva consigo mesmas, a partir da autoafirmação de seus “pontos positivos”:

Mas assim, eu passei a gostar mais de mim. [...] É como eu falei pra minha mãe no dia que eu conversei com ela, porque assim minha mãe chegou a falar que é uma doença “ah a filha de fulano de tal foi pra tal lugar e se curou”, “Se curou, minha mãe?! Ela tava doente?” “Ah hoje é casada com um homem”, “Será que ela tá feliz?”. Eu sei que essa pergunta calou a boca dela. Porque nós estamos aqui na terra simplesmente pra ser feliz, e se você procura ser feliz, eu acho que eu não estou agredindo ninguém, eu não faço mal a ninguém, não faço mal as pessoas, por tudo que eu aprendi eu procuro ser correta nas minhas coisas [...] é errado ser feliz? Eu passei a pensar dessa forma “é errado ser feliz?”

Sobre o relacionamento com Laura, Amanda contou que estava muito satisfeita: “a gente tem uma relação maravilhosa, mas eu quero mais”. O que Amanda queria era compartilhar a rotina de uma vida em comum, casar, morar junto e construir uma família, até mesmo adotar uma criança. Mas seus sonhos de uma vida em comum esbarravam na indecisão e na dificuldade de Laura em assumir de uma vez por todas a relação de ambas. Segundo Amanda, sua namorada tinha medo de casar com ela pois isso implicaria ter que enfrentar a reação da família, principalmente de sua mãe e de sua filha de 10 anos.

Laura é uma mulher branca com cabelos negros e lisos cortados até os ombros, jeito tímido e reservado. Tinha 31 anos quando a pesquisa foi realizada e morava com a mãe e com a filha de 10 anos, Sabrina, na cidade de Itabuna. Filha de pai fotógrafo e mãe cabeleireira, Laura tinha três irmãos e trabalhava como vendedora em um supermercado, além de também cursar o terceiro semestre da faculdade de serviço social, à distância. Todo o tempo que possuía quando não estava no trabalho ou não estava na faculdade, Laura dividia entre a companhia da filha, Sabrina, e de Amanda. Logo no início de nossa conversa, Laura confirmou a informação que Amanda havia revelado: ela já deixou transparecer que a relação com a filha era o maior obstáculo

na sua relação com Amanda, sendo uma de suas maiores fontes de preocupação e medo: “É um pouco difícil. Muito, muito difícil. A minha relação com ela é meio difícil porque eu tenho uma filha”.

Laura conta que a filha gostava e pedia para ir para a casa de Amanda, mas chegando lá, não deixava Laura ficar sozinha com Amanda um momento sequer: “quando ela vem aqui [*casa de Amanda*], ela não sai do meu pé. Se eu tiver na cozinha e vier pra cá agora ela: ‘mãe, mãe’, vem atrás”. Quando eu perguntei para Laura como Sabrina reagia a sua proximidade física com Amanda, Laura respondeu que não havia demonstrações de afeto entre elas quando Sabrina estava por perto: “nunca fiz, nem vou fazer”, ela afirmou. “Um relacionamento amigável, nada de chegar perto, abraçar, beijar essas coisas”.

A homossexualidade de Laura e a sua relação com Amanda eram de conhecimento da sua família, mas não eram aceitas como algo legítimo. Rondava uma tensão constante entre os familiares, principalmente entre mãe, filha e neta, e essa tensão fazia com que Laura não tivesse coragem de oficializar uma relação estável com Amanda, como era o seu desejo. Laura tinha medo de dar o passo de ir morar com a companheira, segundo ela, por causa da filha. Ela afirmou que pretendia esperar até que Sabrina tivesse “um pouquinho mais de maturidade” para conversar com ela sobre isso e ter coragem para dar esse passo porque, apesar de todas as dificuldades e do sofrimento causados pelo preconceito que vinha, principalmente e acima de tudo, de dentro da própria família, Laura dizia que se sentia muito satisfeita com seu relacionamento com Amanda.

A preocupação maior de Laura era que Sabrina pudesse “se tornar” homossexual e que isso viesse a acarretar o rompimento definitivo entre Laura e sua mãe. Era por isso que não demonstrava qualquer forma de afeto com Amanda diante da filha. Para Laura, tais comportamentos poderiam confundir a cabeça da menina, podendo influenciar sua orientação sexual: “Seria um choque pelo fato da cabeça ficar confusa. Quer ser? Deixa a pessoa adulta, se é realmente isso que você quer, não vou matar, não vou fazer nada...”. Ela revelou que sua mãe já havia ameaçado colocar a filha e a neta para fora de casa, caso esta última também fosse lésbica: “Queria que [*Sabrina*] fosse hetero porque aí minha família não me culpava tanto. Minha mãe: ‘se for, eu boto as duas pra fora de casa (...) eu mato você!’. ‘Eu já nasci com isso!’, eu virei pra minha mãe: ‘eu já nasci com isso!’, ‘Nasceu com isso o quê! Porrada na cara!’, ‘Aceitei uma, mas duas não aceito não!’”.

Podemos perceber que ser lésbica é compreendido como algo extremamente problemático para as famílias de Laura e de Amanda e que essa visão depreciativa e desqualificadora é, em alguma medida, também compartilhada pelas próprias entrevistadas. Isso acontece porque a identidade não é algo que cada pessoa constrói por si mesma. Ao contrário, a identidade é formada intersubjetivamente, nas relações que estabelecemos com outras pessoas e no reconhecimento que elas nos devolvem sobre aspectos importantes de nós mesmas, como é o caso da sexualidade, por exemplo. Diferentes autores e autoras como Axel Honneth, Charles Taylor e Judith Butler,

apesar das inúmeras diferenças na forma como constroem seus arcahouços teóricos⁸, compartilham o pressuposto da tradição hegeliana de que a característica fundamental da vida humana é seu caráter essencialmente dialógico e intersubjetivo (TAYLOR, 2000). Em consonância com esses autores e autoras, compartilho a premissa de que toda a subjetividade humana é construída e constituída pela interpelação do Outro, pelo conflito entre o desejo de ser reconhecido pelo Outro e pelas falhas e recusas que esta demanda gera. O reconhecimento social pode ser então compreendido como um ato ou uma prática empreendida por, pelo menos, dois sujeitos e que constitui uma ação recíproca (BUTLER, 2015). Construimos a nossa identidade, a compreensão de quem somos enquanto seres humanos, em diálogo com o reconhecimento que recebemos dos outros, principalmente daqueles “outros significativos”, que têm importância para nós, como a nossa família (TAYLOR, 2000). Quando a imagem que uma pessoa recebe sobre aspectos importantes de si mesma, como é o caso da sexualidade, é depreciativa, isso representa o perigo de gerar uma lesão profunda na compreensão que ela constrói sobre si mesma que pode levar a efeitos danosos em todas as esferas da sua vida (HONNETH, 2003). É por isso que as teorias e práticas políticas dos movimentos sociais feministas, LGBTI+ e antirracistas têm como fundamento a pressuposição de que negar reconhecimento pode ser uma forma de opressão, tendo em vista que “A projeção de uma imagem inferior ou desprezível sobre outra pessoa pode na verdade distorcer e oprimir na medida em que a imagem é internalizada” (TAYLOR, 2000, p. 249).

Essa discussão nos ajuda a entender como Laura e Amanda e suas famílias incorporam visões que inferiorizam e depreciam a homossexualidade e o relacionamento entre mulheres, gerando nas próprias entrevistadas autodesvalorização e baixa autoestima que afetam negativamente todas as dimensões de suas vidas. Essas concepções desqualificadoras e insultuosas partem da suposição de que a única sexualidade considerada normal, “natural” e saudável é a heterossexual. Desse modo, é necessário pensar na heterossexualidade como um poder que atua como uma norma, como uma medida e um meio de produzir um padrão comum, um princípio de comparação (BUTLER, 2006) a partir do qual o que é normal e o que não é se produz. Assim, o conceito de heteronormatividade compreende a heterossexualidade como uma norma e se refere não a um conjunto de práticas ou preferências sexuais livremente escolhidas, mas a um regime político (WITTIG, 2006), que se assenta no axioma da diferença sexual e atravessa as relações sociais, produzindo exclusões, subordinações e opressões (CURIEL, 2013).

Segundo a filósofa estadunidense Judith Butler, a heteronormatividade é parte de uma matriz de inteligibilidade de gênero que atua como um poder regulador, hierárquico e excludente por meio do qual se produzem e se naturalizam as noções de feminino e masculino e de sexualidade “normal”. Butler (2016, p. 261) afirma que

⁸ Realizei uma leitura necessariamente seletiva dos autores e autoras citadas com vistas a evidenciar uma convergência entre as suas construções teóricas que favorecesse a interpretação do material empírico da pesquisa em questão. A análise das divergências teóricas entre os/as autores/as não será realizada neste trabalho pois desviaria do foco e não caberia no espaço deste texto.

as normas de gênero são uma “forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído”. Elas operam dentro das práticas sociais como um padrão implícito de normalização que rege a constituição de todos os sujeitos (BUTLER, 2006). Essa norma constitui os corpos dos sujeitos que passam a ser reconhecidos socialmente como corpos que importam, como corpos “normais”, apenas quando mantêm um grau de coerência entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2010), onde cada um desses componentes está encadeado em uma relação causal com os demais. Deste modo, dentro desta lógica heteronormativa, uma mulher considerada normal, por exemplo, é aquela fêmea humana (sexo) que performa uma feminilidade (gênero) e possui um desejo erótico pelo outro “sexo” (desejo). Desta maneira, é possível afirmar que “apenas o corpo heteronormativo é um corpo que importa” (BROSIN; TOKARSKI, 2017) e quanto maior o rompimento dos sujeitos com essa cadeia normativa sexo-gênero-desejo, que estabelece sua normalidade, maior a possibilidade de rejeição e violência da sociedade contra aqueles e aquelas cujas identidades de gênero diverjam do binarismo macho/masculino x fêmea/feminino e cujas orientações sexuais não se enquadrem na heterossexualidade, como é o caso das entrevistadas⁹.

Butler pretende apontar os processos de construção das normatividades hegemônicas ocidentais modernas a fim de assinalar como elas se constituem a partir da criação das linhas de abjeção, a saber, “aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (BUTLER, 2000, p.112). Ao apontar que as normatividades hegemônicas dependem da criação das linhas da abjeção, ou seja, ao entender a abjeção como o exterior constitutivo da norma, Butler pretende também questionar e desconstruir os processos sociais de produção do que se considera normal e do que se considera abjeto. Todos aqueles corpos que não se enquadram aos parâmetros normativos baseados nos ideais de branquitude e na matriz de inteligibilidade de gênero heteronormativa, são percebidos como possuindo algum grau de abjeção e, por isso, expostos à violência, à morte e à exploração. Assim, se o que define a humanidade dos sujeitos está condicionada pelas normas de gênero, aqueles corpos que não estão incluídos dentro dessas normas de gênero, não são reconhecidos como plenamente humanos.

Destarte, esse regime político heteronormativo se fundamenta no axioma da diferença biológica entre os “sexos”, sendo essa diferença biológica percebida como

9 Neste sentido, Butler argumenta que quando se diz que um sujeito é construído, isso significa dizer que ele é uma consequência de certos discursos regidos por normas que governam a inteligibilidade das identidades. Contudo, é preciso frisar que a significação cultural das identidades não é um ato fundador, mas um processo regulado de repetição, e que por isso o sujeito não é absolutamente determinado, sendo, deste modo, possível a subversão da identidade no interior das práticas repetidas de significação. Na realidade, é apenas aí que ela é possível. A construção de gêneros inteligíveis pela heteronormatividade não é um processo infalível, produz também “fracassos” necessários, uma multiplicidade de configurações incoerentes para o padrão da inteligibilidade cultural que acabam por excedê-la e a desafía-la. (BUTLER, 2010, p. 209).

um “substrato biológico puro”, uma verdade natural, inevitável e correta (LAQUEUR, 2001). Nesta perspectiva, afirma o médico e historiador Thomas Laqueur (2001, p. 18), “A biologia – o corpo estável, não histórico e sexuado – é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social”. A diferença biológica entre os “sexos”, vista como uma natureza imutável e a-histórica, determinaria diferenças “naturais” constatáveis entre homens e mulheres e se apresenta como o fundamento das diferentes (e desiguais) posições que homens e mulheres ocupam na vida política, econômica e cultural. No entanto, como afirma Tânia Navarro-Swain (2010, p.51), a heterossexualidade, longe de ser uma “essência do humano”, é resultado, porém, “de uma construção imaginária social e datada, feita de normas, imagens, representações e interpretações de mundo como expressões de verdades últimas sobre o ser”. Essas normas, estabelecidas e impostas a partir de “pedagogias sociais múltiplas”, conferem sentido social para as mulheres apenas quando elas realizam o “seu ‘destino de mulher’: a procriação em uma relação afetiva e socioeconômica com um homem, uma relação que se baseia e funciona a partir do sexo e da sexualidade reprodutiva, ou seja, da heterossexualidade compulsória” (NAVARRO-SWAIN, 2010, p. 50).

Cabe ressaltar que as normas de gênero são sempre produzidas socialmente, sendo, por isso, um marco variável (BUTLER, 2016). A heteronormatividade é um poder regulador que se transforma com as práticas sociais as quais institui e é produto. Dessa forma, como demonstra o historiador norte-americano Jonathan Ned Katz, corroborando a perspectiva de Navarro-Swain e muitas outras¹⁰, a heterossexualidade não deve ser entendida como uma “natureza” essencial e imutável, mas como “uma forma histórica ligada ao tempo – um modo historicamente específico de organizar o sexo e os seus prazeres” (KATZ, 1996, p. 45). Tanto a heterossexualidade é uma construção sócio-histórica que os termos homossexual e heterossexual, por exemplo, só apareceram pela primeira vez na história, respectivamente em 1868 e 1892, se popularizando nos EUA apenas a partir da década de 1920. Katz (1996, p. 26) demonstra como “um ideal erótico dominante de sexos diferentes – uma ética heterossexual – não é de modo algum antigo, mas sim uma invenção moderna”. Antes do final do século XIX, as sociedades possuíam outras formas bem diferentes de organizar a sexualidade, “as pessoas não concebiam um universo social polarizado entre heteros e homos” (KATZ, 1996, p. 21).

De acordo com Richard Miskolci (2009), é possível identificar um deslocamento no mecanismo regulador da heteronormatividade, uma transformação do seu funcionamento. Até a despatologização e a descriminalização da homossexualidade, na segunda década do século XX, era legítimo e legal criminalizar e “curar” o homossexual por meio da força. Depois desse período, a heteronormatividade age, em grande medida, na vida de gays e lésbicas “não mais para que se ‘tornem heterossexuais’, mas com o objetivo de que vivam como eles” (MISKOLCI, 2009, p.157). Esse deslocamento do poder é resultado de uma sofisticação nas relações de dominação que pressupõe a invisibilização da erotização não-heterossexual. Assim, mesmo quando o uso de

¹⁰ Outras leituras críticas a respeito da diferença sexual como fundamento do gênero podem ser encontradas em LUGONES, 2008; NICHOLSON, 2000; BUTLER, 2000 e OYĚWŪMÍ, 2021.

força física não é usada como mecanismo de controle e normalização dos corpos¹¹, isso não quer dizer que o poder simbólico de dominação e de produção compulsória da norma heterossexual nos corpos e nas mentes dos sujeitos tenha sido “relaxado”, quer dizer apenas que ele está mais invisível e, por isso, potencialmente mais eficaz.

Por estarem inseridas em uma sociedade fortemente heteronormativa, mulheres como Laura e Amanda têm suas vidas perpassadas por processos de normalização que resultam em existências caracterizadas por inúmeras violências, sofrimentos e silenciamentos. A forma traumática e conflituosa como o relacionamento de Amanda e Laura é experienciado por suas famílias e por elas próprias exemplifica bem os conflitos que mulheres lésbicas precisam enfrentar apenas por estarem juntas e para estarem juntas. Ao não se enquadrarem nas definições de normalidade produzidas pela heteronormatividade, Laura e Amanda não são reconhecidas como mulheres que possuem uma sexualidade e nem um relacionamento normal e legítimo. Essa ausência de reconhecimento, principalmente por parte da família, dificulta a construção de uma relação positiva consigo mesmas e causa consequências negativas em seu relacionamento. Foi, por exemplo, durante uma briga entre Laura e sua irmã, dois anos antes da entrevista, que Sabrina ficou sabendo que Laura e Amanda tinham um relacionamento. Até o momento de realização da entrevista, Laura nunca havia conversado de forma clara e direta com a filha sobre a própria homossexualidade. Ela contou que Sabrina entendia que ela possuía um relacionamento amoroso com Amanda, que sobre isso ela havia conversado com a filha, tendo esta, inclusive, já perguntado porque mulheres gostam de mulheres, além de saber, pela TV, que era preconceito quando as pessoas criticam a homossexualidade (o fato de Laura ter dito que a filha soube o que é preconceito contra homossexuais pela TV é sintomático da existência de pouco diálogo entre elas sobre o assunto). Laura contou que certo dia, a filha havia visto uma mensagem de uma mulher em seu celular e ameaçou contar à avó. Pela ameaça, fica claro que Sabrina, assim como o resto da família, encarava a homossexualidade da mãe como um assunto “errado” e “proibido”. A tensão que experimentava ao falar sobre sua homossexualidade com a filha era evidente em Laura, que se sentia como se estivesse pisando em um campo minado. Uma vez que a forma como Laura e sua mãe lidavam com a questão era marcada por tanta tensão, dificilmente a maneira como a própria filha lidaria com a situação seria diferente.

Desse modo, apesar de terem se permitido mergulhar em um relacionamento lésbico, Laura e Amanda passavam seus dias assombradas pelo medo que possuíam do rompimento afetivo por parte dos familiares, fazendo com que se sentissem

¹¹ Contudo, as altas taxas de assassinatos de LGBTI+ no Brasil são um exemplo bem visível de como a violência física recai de forma ainda bastante assustadora sobre essa população, principalmente quando se trata de corpos pobres e racializados. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB), o ano de 2017 registrou 445 mortes de LGBT, o maior número de assassinatos desde o início das pesquisas realizadas pelo GGB, há 37 anos. Já segundo os dados do “Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019”, o Brasil segue liderando o Ranking mundial de assassinatos de Travestis e Transexuais. Esses dados demonstram que se a violência simbólica atinge toda a população LGBTI+, a violência física e o extermínio vitimiza principalmente os corpos não cisgêneros, pobres e não-brancos. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/mapadosassassinatos/>> Acesso em: 06 de fevereiro de 2021.

constantemente ansiosas e inseguras, o que cerceava as suas ações no presente e atrapalhava seus projetos de uma vida juntas. No momento da entrevista, Laura tentava conciliar, por um lado, as demandas de Amanda em direção a um aprofundamento da relação e, por outro, a pressão contrária da mãe, que usava a neta para exercer controle sobre Laura, responsabilizando-a por uma possível homossexualidade da neta no futuro e ameaçando romper com ambas, caso esta possibilidade se tornasse realidade: “então, hoje eu tô enfrentando várias barreiras, até em relação à família, sociedade, trabalho, tudo é um pouco difícil, mas você tem que superar isso”. Porém, se Laura lutava contra todos esses obstáculos era, segunda ela, porque acreditava que, apesar de tudo, o amor que sentia por Amanda era mais forte: “hoje o amor fala mais alto, o amor fala mais alto”.

Tudo “camuflado” ou “tudo subentendido”

Apesar de sofrer com a forma tensa e conflituosa como a família lidava com a sua homossexualidade, Laura relatou que era comum sua mãe frequentar os churrascos que ela e Amanda organizavam na casa desta, churrascos em que se reuniam várias amigas lésbicas com suas companheiras, algo com que, ela dizia, a mãe lidava bem, embora continuasse não aceitando a homossexualidade da própria filha. A explicação para ajudar a entender como uma mãe, que não aceitava o relacionamento lésbico da filha, mas frequentava as confraternizações que ela organizava com a namorada e com suas amigas lésbicas, é oferecida pela própria Laura: “camuflado, né, camuflado porque ninguém aceita, minha mãe mesmo, se for falar, ela não aceita”. Amanda contou que sua mãe, dona de casa, também não aceitava seu relacionamento com Laura, mas mesmo assim também não deixou de conviver e frequentar a casa da filha, apesar de nunca tocar no assunto. Seus cinco irmãos, assim com seu pai - dono de uma pequena empresa de dedetização -, sabiam do seu relacionamento, mas também não conversavam sobre isso, ficando, como ela disse, “tudo subentendido”.

Amanda e Laura conviviam com suas famílias como se a relação das duas fosse uma relação de amizade pois, embora todos soubessem que as duas formavam um casal, isso nunca era explicitado francamente e as duas nunca eram referidas dessa forma, pelo menos não diretamente. Amanda contou uma situação na família de Laura que exemplificou bem o esquema do “camuflado” ou “subentendido” que caracterizava a forma com que suas famílias lidavam com o relacionamento das duas. As duas eram incluídas entre os demais convidados, mas não nomeadas enquanto casal:

Mas eles sabem. Que tudo... Tipo assim, uma vez ia ter um almoço lá da irmã dela, alguma coisa assim, aí a mãe dela: ‘oh no domingo vem Pedro, né, vem Táбата que vem com o namorado, Amanda com Laura’, tipo assim...

Como vimos anteriormente, a posição de Amanda a respeito de sua homossexualidade era ainda conflituosa, sendo difícil para ela considerar a sua orientação sexual como uma forma legítima de exercício da sexualidade. Mesmo assumindo seu interesse por mulher e construído um relacionamento estável com Laura, Amanda tinha conflitos com a assunção pública da sua identidade sexual, o que fazia com que construísse uma esfera íntima bastante insulada, restrita a poucos amigos e resguardada dos olhares públicos pelas paredes de sua casa ou de alguns desses amigos. Ela não se sentia à vontade para realizar demonstrações públicas de afeto, pois acreditava ser, este tipo de comportamento, uma falta de respeito com a sociedade. A discrição era, em sua opinião, o comportamento mais adequado para se conseguir o respeito da sociedade: “mas, assim, eu acho que ir a frente pra conseguir o que a gente realmente quer, realmente precisa, impor respeito, não precisa ser escandalosa, sabe?”

Era por não gostar de comportamentos “indiscretos” no que tange à exposição da homossexualidade que Laura, também como Amanda, não gostava de frequentar as boates e não gostava muito de beber em bar, preferia fazer isso em casa. Laura e Amanda não participavam de nenhum movimento político, mas achavam importante o papel que exerciam em favor dos direitos de pessoas homossexuais. Inclusive, Laura afirma que percebia uma mudança positiva na sociedade em relação a uma maior aceitação da homossexualidade, uma tolerância maior e achava que isso tinha muita relação com o movimento político LGBTI+. Contudo, apesar dessa maneira mais “leve” com que as pessoas em geral vinham encarando a homossexualidade nos últimos anos, Laura lembrou que, das lésbicas que conhecia, apenas duas possuíam famílias que encaravam com naturalidade a sua homossexualidade. E, apesar de dizer que a maioria de suas conhecidas possuía uma vida “tranquila”, ela contou que elas também viviam no esquema “camuflado”, assim como Amanda e ela, em que as famílias sabiam de sua homossexualidade, mas ninguém comentava abertamente.

Da mesma forma como não queria influenciar a filha por meio de seu próprio comportamento, Laura também não achava que devia fazer o mesmo com outras crianças, de modo que não se sentia à vontade com demonstrações públicas de afeto entre homossexuais em locais públicos: “locais públicos, como hoje a sociedade não encara isso natural, pelo fato de ter crianças, eu não acho correto”. Ela também era a favor de um comportamento discreto, sem beijos ou abraços, nada que passasse da linha do estritamente fraternal para resvalar no erótico. No ambiente de trabalho, ela contou que ninguém nunca chegou diretamente para falar nada sobre o fato de ela ser lésbica porque “eles sabem que eu sou explosiva”. Assim como a companheira, Laura dizia que teve que se impor para evitar que “piadinhas” e “brincadeiras” sobre a questão, não se transformassem em rotina em sua vida:

Uma vez um colega me questionou numa coisa, no dia eu tava na TPM, [eu] tinha recebido um “chama” do gerente. Eu escolhambei ele todinho dos pés à cabeça: “oh quem você tá procurando tá lá fora!”, que era Amanda: “oxe, o mal de vocês é interpretar uma coisa!”. Escolhambei ele dos pés à cabeça. Não teve mais nada.

Era também para se “impor” e para ser respeitada que Amanda não gostava de comentar sobre a sua vida pessoal no trabalho, de forma que a sua homossexualidade jamais foi motivo de conversa com os colegas. Ela disse que não falava sobre sua vida íntima com os colegas porque eles não eram seus amigos, mas que era muito respeitada por eles e que isso ocorria porque ela se impôs, não falando sobre sua sexualidade ou seu relacionamento com os colegas e não permitindo comentários a esse respeito:

No meu ambiente que eu trabalho eu não preciso dizer pra eles, eu apenas me impus o que eu sou e eles aceitam e respeitam. Antigamente, logo no início, eles ficavam fazendo piadinha, gracinha “seu namorado”, até o dia que eu cheguei pra ele e falei “eu não tenho namorado, entendeu? E você nunca vai conhecer um namorado meu e para com isso”. Hoje em dia eles me adoram e tal, não tem problema com isso.

Ter que se “impor” no ambiente de trabalho é a maneira que Laura e Amanda criaram para se defender da heteronormatividade presente nessas relações. Essas “brincadeiras” e “piadinhas” que transformam o *gay* ou a lésbica em motivos de chacota, e que Laura e Amanda buscavam evitar a todo custo, são formas de discriminação que se apresentam de maneiras invisíveis e sutis, mas nem por isso deixam de ser violentas, pois partem de uma compreensão heteronormativa que enxerga a homossexualidade como estranha, ridícula, anormal, abjeta. Como vimos, a heteronormatividade nega às mulheres lésbicas o direito a uma construção identitária considerada válida e digna de respeito e reconhecimento social. Assim, se “impor” e se calar sobre quem são e sobre os seus relacionamentos com as companheiras foi a maneira que as entrevistadas encontraram para serem aceitas e respeitadas. Contudo, devemos refletir sobre o que significa essa forma de aceitação e quais as consequências que ela gera em suas vidas.

A concepção de respeito e aceitação à homossexualidade que tanto Amanda quanto Laura demonstravam compartilhar parece estar relacionada não ao reconhecimento da homossexualidade como uma forma legítima de exercício da sexualidade, mas como uma aceitação de sua pessoa, *a despeito de sua sexualidade*, que, por sua vez, passa a ser escamoteada e jamais tematizada, como uma esfera à parte e desconectada da pessoa. Tal isolamento permite que sua existência não interfira na consideração e no bem-querer típicos de uma camaradagem entre colegas de trabalho, mas que não se expande para uma convivência mais íntima, fora das relações profissionais. Esse tipo de arranjo em que a “aceitação” da homossexualidade acontece às custas do seu silenciamento, quer dizer, em que o “respeito” ao colega de trabalho *gay* ou lésbica pressupõe a invisibilização de seu relacionamento homoafetivo¹² e tudo que esteja relacionado à homossexualidade; ou que a “aceitação” da filha lésbica pela família

12 Expressão cunhada por Maria Berenice Dias (2005) com o objetivo de reconhecer que os relacionamentos entre pessoas não-heterossexuais também é uma união de afetos e necessita ser reconhecida e respeitada como tal, tendo garantidos os mesmos direitos civis que são reservadas às uniões heteroafetivas.

ocorra no esquema do “subentendido”, como vimos acima, é um tipo de arranjo que se estabelece dentro do registro da heteronormatividade.

O esquema do “subentendido” ou do “camuflado” é uma forma muito comum de sociedades heteronormativas, como a brasileira, conviverem “cordialmente” com um parente ou uma amiga lésbica, isto é, “aceitando” a sua pessoa a despeito da sua homossexualidade (que passa a ser escamoteada e tratada como se não existisse). Nesse caso, é negado à pessoa homossexual o direito a qualquer tipo de tematização das suas relações homoafetivas assim como a de qualquer componente de sua vida e de sua identidade relacionadas à homossexualidade. Contudo, essa lógica na qual “tudo está subentendido” se assenta na negação do reconhecimento da homossexualidade e dos relacionamentos lésbicos como forma de exercício da sexualidade e como modelo de relacionamento tão digno e legítimo quanto a heterossexualidade.

Como afirma Pierre Bourdieu (1998), todo ato de nomeação traz consigo o poder de instituir aquilo que nomeia, ou seja, todo ato de nomear tem o poder de criar aquilo que nomeia. Na medida em que o relacionamento lésbico de Amanda e Laura não é reconhecido enquanto tal, ele também não é nomeado enquanto tal, o que reforça a sua invisibilidade e faz com que elas tenham que silenciar tudo que esteja a ele relacionado. Reina então o silêncio de quem sabe qual é o tipo de relação existente entre as duas companheiras, mas não ousa dizer o nome, tal como afirmou o escritor Oscar Wilde, no século XIX, ao tribunal que o julgava por sua relação com outro homem: “o amor que vivo é o amor que não ousa dizer o nome”. Retomando a expressão de Oscar Wilde, nessas famílias ainda não se ousa dizer o nome desse amor, ao menos não diretamente e abertamente, não para aceitá-lo e acolhê-lo como um amor tão digno de se nomear como o amor entre pessoas heterossexuais.

Considerações finais

Apesar das particularidades das biografias de cada uma das entrevistadas, em seus relatos podemos verificar um caráter comum de ilegitimidade diante da própria identidade sexual, uma ilegitimidade que fica expressa, por exemplo, no consentimento que elas fazem à opinião de que demonstrar qualquer carinho pela companheira que denote uma relação romântica em locais públicos é ferir e desrespeitar a sociedade. Essa ilegitimidade se expressa também no medo e no desconforto que possuem de falar abertamente o seu relacionamento e sobre sua sexualidade com familiares e colegas de trabalho. Em outras palavras, achar que sua forma de amar desrespeita e agride as famílias “normais” é mais aderir à heteronormatividade do que se indignar por não ter o mesmo direito que os heterossexuais de expressar o seu amor em público, assumindo, então os valores igualitários defendidos historicamente pelo movimento LGBTI+ (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Contudo, traçar a ligação entre a vida dessas mulheres e a matriz heteronormativa é um trabalho de interpretação que, além de complexo e delicado, é também arriscado,

pois envolve o risco de submetê-las a novas formas de violência simbólica e de silenciamentos. Isso ocorre quando as interpretações que construímos enfatizam somente as concessões que essas mulheres, muitas vezes, não podem deixar de fazer às relações de poder a que estão sujeitadas e não apontam as resistências cotidianas que elas constroem contra essas relações de poder.

Sendo assim, se por um lado Amanda e Laura estão atravessadas por concepções de mundo heteronormativas que lhes devolvem visões altamente preconceituosas e desqualificadoras sobre si mesmas e sobre o seu relacionamento, por outro, a força dos seus afetos teima em resistir, apesar das rejeições e discriminações de familiares, de antigos amigos, de colegas de trabalho e da sociedade como um todo. Esse relacionamento amoroso que resiste a tantas discriminações e a tantas violências representa uma vitória infrapolítica dessas mulheres, que devem ser vistas como subjetividades ativas (LUGONES, 2014) que não apenas reproduzem as normas, mas também resistem aos processos de normalização aos quais estão submetidas, tornando-se muito mais do que apenas vítimas oprimidas pela heteronormatividade. Assim, mesmo em meio a todos os obstáculos e a todas as barreiras que enfrentam para serem quem são e viverem seus afetos sem tantas dores e silenciamentos, “o amor tem falado mais alto” e elas têm resistido, buscando construir a autoconfiança necessária para conseguirem seguir juntas, apesar de tudo.

É preciso apontar como os esforços que Amanda e Laura têm feito para reapropriar, de forma afirmativa, a nomeação injuriosa que a sociedade heteronormativa atribui a sua identidade sexual e ao seu relacionamento lésbico, esbarram na dificuldade de estabelecer vínculos afetivos que se construam a partir do reconhecimento social da sua homossexualidade como um aspecto da sua subjetividade tão aceitável e legítimo quanto a heterossexualidade. A maior parte das suas relações sociais são fortemente afetadas pela heteronormatividade, como é o caso dos colegas de trabalho e dos próprios familiares que, aderindo às visões de mundo heteronormativas, acreditam que o relacionamento de Amanda e Laura, por ser uma relação entre duas mulheres, está marcado por algum grau de abjeção e, dessa forma, não conseguem reconhecer publicamente a sua existência, deixando-o na esfera do “camuflado” e do “subentendido”. Entretanto, essa invisibilização e silenciamento geram sofrimentos profundos nas entrevistadas que, como vimos nos tópicos anteriores, produzem efeitos danosos na própria forma como percebem a si mesmas e em todas as instâncias das suas vidas.

Dizendo de outra maneira, o preço que mulheres lésbicas pagam por esse modelo heteronormativo de “aceitação” é o desrespeito à condição de dignidade da pessoa, o silenciamento das suas emoções e a invisibilização de parte fundamental de sua existência. Tendo em vista que a sexualidade é parte constitutiva e inseparável da vida de qualquer pessoa e que a nossa construção social como sujeitos depende da imagem que a sociedade nos devolve de nós mesmas, o desrespeito social (a negação da demanda de reconhecimento social) contra grupos minoritários, como é o caso das mulheres lésbicas, pode causar um dano que pode minar a sua capacidade em continuar vivendo uma vida suportável (BUTLER, 2006), como aponta, por exemplo,

o Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil (2018, p. 31). Segundo este Dossiê, o processo de socialização de grande parte das lésbicas é caracterizado pela

ausência de referenciais positivos sobre si mesmas e uma ausência de significado para o que é ser uma lésbica, em cada uma das realidades em que a criança cresce e se forma, enquanto pessoa, cidadã e membra da comunidade e da família. Tal situação de isolamento, desamparo, desinformação e sistemáticas reprovações e retaliações, movidas por consecutivas tentativas de heterossexualização da lésbica, podem levar a uma condição de incapacidade de construção de uma autoestima positiva e estável. Nestes casos é comum a desistência da busca por enquadramento que culmina no suicídio.

Dessa maneira, gostaria de finalizar ressaltando que os resultados produzidos por esta pesquisa que, partindo da escuta de mulheres lésbicas, historicamente silenciadas, permitiram compreender as feridas profundas que a violência física e simbólica geradas pela heteronormatividade, em suas diversas formas, produzem nessas mulheres ao não considerar seus relacionamentos - e a si próprias - como dignas de respeito e de reconhecimento social. Além disso, as feridas causadas pela não obtenção do reconhecimento social afetam diretamente o exercício da cidadania dessas mulheres, assim como de todos os/as LGBTI+, tendo em vista que a obtenção de reconhecimento social é fundamental para a construção de uma autorrelação prática positiva que, por sua vez, é um componente essencial para a participação autônoma na vida pública (HONNETH, 2003).

Ao compreendermos o papel primordial desempenhado pelo reconhecimento social na construção de nossas subjetividades podemos também entender a importância política de pesquisas que visam identificar e compreender as percepções, valores, práticas e comportamentos de travestis, mulheres transexuais, assexuais, bissexuais e lésbicas, pois dão visibilidade a novas relações sociais, novas maneiras de se lidar com a sexualidade, novas construções da identidade de gênero e novos significados e direcionamentos dos desejos sexuais e da afetividade, podendo favorecer a ressignificação de práticas e pontos de vistas preconceituosos a respeito de LGBTI+, muitas vezes fundados no desconhecimento e na não familiaridade com suas visões de mundo e formas de vida, favorecendo, assim, a sua luta por respeito atitudinal (TAYLOR, 1997), por reconhecimento social e por cidadania. É por isso que a demanda por reconhecimento social por parte do movimento LGBTI+ se transforma em uma insistência pública em existir e ter importância (BUTLER, 2018), uma demanda corporal por reconhecimento da condição de humanidade, por cidadania, uma luta pelo direito de aparecer como uma vida corporal digna e válida.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2ª edição – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BROSIN, Danuska; TOKARSKI, Maine Laís. Do gênero à norma: contribuições de judith butler para a filosofia política feminista. Revista GÊNERO. Niterói, v.18, n.1, 2. sem.2017.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BUTLER, Judith. Deshacer el género. Barcelona: Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 42, p. 249–274, 2016.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CURIEL, Ochy. La Nación Heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. 1 ed. Bogotá: Brecha Lésbica y en la frontera, 2013.
- DIAS, Maria Berenice. União homossexual: o preconceito e a justiça. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. Identidade Sexual de mulheres que se relacionam com mulheres em Ilhéus e Itabuna- BA. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, 2013. Recuperado de: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/teses/doutorado/2013-2/>
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade? Coleção Primeiros Passos, 81. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KATZ, Jonathan Ned. A invenção da heterossexualidade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LAHIRE, Bernard. Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. LUGONES, MARÍA. Colonialidad y Género. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp.73-102. ISSN 1794-2489.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos & abusos da história oral. 8 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Dossiê Sociologias. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MOTT, Luiz. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. O que é lesbianismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano. Bagoas, n. 05 | 2010 | p. 45-55.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, v. 8 n. 2, 2000.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PERES, Milena Cristina Carneiro. SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil : de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu (28). Janeiro – Junho de 2007: 19-54.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. Cadernos Pagu (42), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2014, pp. 75-98.

TAYLOR, Charles. As Fontes do Self: a construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Madrid: Egales, 2006, p.45-58.

Recebido em 13/08/2021.

Aceito em 30/07/2022.